

A DUBIEDADE AMADORISMO-PROFISSIONALISMO EM BELO HORIZONTE NA DÉCADA DE 1940: CONTROLES, MESCLAS E OUTRAS POSSIBILIDADES

Sarah Teixeira Soutto Mayor¹

Recebido em: 31/05/2025

Aprovado em: 29/06/2025

Resumo: O presente trabalho visa problematizar o futebol na cidade de Belo Horizonte na década de 1940, demonstrando que longe de se pensar em uma transição, amadorismo e profissionalismo coexistiram de diversas formas, ora na tentativa amadora de moralizar o futebol, ora na mercantilização que envolvia cada vez mais o profissionalismo que avançara de forma avassaladora. Com o futebol voltado paulatinamente para um mercado em crescimento, os ideais amadores eram contraditoriamente evocados para conter a violência entre jogadores, torcedores, juízes e dirigentes. A promessa da organização que a ideia do regime profissional apregoou na década passada, esvaiu-se com as complexidades do futebol e a monetarização.

Palavras-chave: futebol, amadorismo, profissionalismo, disciplina e mercantilização.

THE AMATEURISM-PROFESSIONALISM AMBIGUITY IN BELO HORIZONTE DURING THE 1940S: REGULATIONS, INTERSECTIONS, AND OTHER POSSIBILITIES

Abstract: This article examines the complex dynamics of football in Belo Horizonte during the 1940s, challenging the notion of a linear transition from amateurism to professionalism. Rather than a clear-cut shift, both models coexisted in multifaceted ways: on one hand, amateurism was mobilized in moralizing discourses aimed at regulating behavior on and off the pitch; on the other, professionalism advanced rapidly, driven by increasing commercialization and market integration. As football became progressively embedded in a growing consumer economy, amateur ideals were paradoxically invoked to curb escalating violence among players, fans, referees, and officials. The promise of order and regulation associated with the professional regime, widely promoted in the preceding decade, ultimately gave way to the sport's internal contradictions and the pervasive influence of monetization.

Keywords: football, amateurism, professionalism, discipline, and commodification.

LA AMBIGÜEDAD AMATEURISMO-PROFESIONALISMO EN BELO HORIZONTE DURANTE LOS AÑOS 40: REGULACIONES, HIBRIDACIONES Y OTRAS POSIBILIDADES

¹ Doutorada em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus de Governador Valadares. E-mail: sarahsoutto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1643-6223>.

Resumen: Este artículo analiza las complejas dinámicas del fútbol en Belo Horizonte durante la década de 1940, cuestionando la noción de una transición lineal del amateurismo al profesionalismo. Más que un cambio definido, ambos modelos coexistieron de manera multifacética: por un lado, el amateurismo fue movilizado en discursos moralizadores orientados a regular el comportamiento dentro y fuera del campo; por otro, el profesionalismo avanzó rápidamente, impulsado por una creciente comercialización e integración al mercado. A medida que el fútbol se integraba progresivamente en una economía de consumo en expansión, los ideales amateurs fueron invocados, de manera paradójica, para contener la violencia creciente entre jugadores, aficionados, árbitros y dirigentes. La promesa de orden y regulación asociada al régimen profesional, ampliamente promovida en la década anterior, acabó diluyéndose ante las contradicciones internas del deporte y la influencia penetrante de la monetización.

Palavras-chaves: fútbol, amateurismo, profesionalismo, disciplina y mercantilización.

Introdução

O futebol, nos anos de 1940, já lograra um espaço importante na cultura belo-horizontina, assim como em vários lugares do Brasil. Importante e, pode-se dizer, irreversível. Era o esporte que mais ocupava as páginas dos jornais e que mais movimentava as paixões do grande número de torcedores que se formou ao redor dos esquadrões clubísticos. No caminho de sua profissionalização, bastante impactado pelas experiências de outros lugares, como Rio de Janeiro e Buenos Aires², distanciou-se sobremaneira de outros esportes considerados mais elegantes e elitistas. Esse distanciamento, em realidade, já estava em andamento muito antes da implantação do regime profissional, estando imbricada à própria expansão e popularização do jogo e à ressignificação de práticas e costumes que os defensores do “amadorismo aristocrático” entendiam como pouco condizentes com os princípios educativos do esporte. Dizer que esta expansão foi propiciada apenas pelo profissionalismo é reduzir demasiado o fenômeno futebolístico.

De um modo geral, pode-se dizer que não houve uma transição de um estado amador para um estado profissional, pois ambos os formatos continuaram existindo e convivendo entre si. O advento do profissionalismo não encerrou, assim, a versão amadora do futebol. Pode-se inferir que houve um forte processo de sobreposição e de ressignificação de valores. Nesta perspectiva, a utilização do termo transição pode comportar o sentido de passagem de uma coisa à outra, o que, de fato, pode ser pensado, em última instância, somente em relação a determinados clubes que encerraram suas atividades amadoras e mantiveram,

² Para mais informações, ver a tese “O futebol na cidade de Belo Horizonte: amadorismo e profissionalismo nas décadas de 1930 e 1940.

progressivamente, apenas os quadros profissionais. Ou, de outra forma, em relação às agremiações que, mesmo optando por manter suas atividades amadoras, centraram suas atenções (quase que exclusivamente) às demandas das equipes profissionais.

O paulatino desenvolvimento de um “amadorismo popular” foi uma das forças propulsoras do profissionalismo. Os sentidos do “amadorismo aristocrático” das primeiras experiências institucionalizadas do futebol em solo belo-horizontino transformaram-se para atender a outros interesses. O amadorismo manteve-se, mas suas bases fundantes se ressignificaram em conformidade com o novo contexto de expansão do esporte. Em termos de visibilidade e poder, pode-se dizer que o profissionalismo se sobrepujou ao amadorismo, que passou a ser compreendido como algo de menor importância.

A noção de distinção, no sentido que Bourdieu (2007) explora, também se modificou. O poderio econômico e simbólico se transferiu, em parte, para o jogador mais bem remunerado e destacado midiaticamente (caracteres normalmente proporcionais ao rendimento mensurado no campo), mesmo que sua origem social se encontrasse distante dos círculos mais abastados da sociedade. Na lógica do espetáculo, a distinção cedeu parte de seu caráter exclusivista (relacionado à participação restrita) e abriu-se a significações mais ampliadas, permitindo que a notabilidade do esportista e sua diferenciação em relação aos outros pudesse se manifestar a partir de outros predicados que não se resumissem à condição de *sportman*. Entretanto, isso não significa dizer que o valor atribuído à figura idealizada do esportista amador tenha desaparecido; ao contrário, no jogo permanente entre tradição e modernidade, entre referência história e inovação e entre seletismo e vulgarização, a manutenção de atitudes amadoras em tempos de profissionalismo foi um predicado enaltecido e valorizado. Ou seja, a distinção foi constantemente recriada.

Nesse ínterim, são muitos os aspectos a serem analisados no que tange ao período pós-implementação do profissionalismo. Neste capítulo, serão elencados alguns deles, divididos em categorias estabelecidas de acordo com as fontes encontradas, no intento de se buscar uma aproximação com situações que compuseram aquele contexto. Lamentavelmente, tantas outras histórias não poderão ser abordadas, devido aos limites do próprio trabalho de investigação. Para estas, outros momentos serão oportunos.

O controle do público: comportamentos e rentabilidades

Várias seriam as possibilidades de se pensar as transformações que se operaram nas características do público assistente. Algumas delas se mostraram bastante significativas nas

páginas dos periódicos, tais como: a valoração do espetáculo condicionada ao número de pessoas pagantes; a mensuração da capacidade dos torcedores em demonstrarem identificação com o clube, por meio de manifestações de fidelidade e afeto; e a conformação, ancorada fortemente nos pressupostos anteriores, de um novo modelo de comportamento desejável para a torcida.

Tais caracteres também delinearam relações paradoxais. A paixão, marca que se tornou distintiva do legítimo torcedor a partir da expansão do jogo, conformou-se como uma mostra de identidade e lealdade, predicados essenciais no fomento e na veiculação de um esporte-espetáculo, na medida em que possibilitou a ampliação do público consumidor e a transmissão midiática de um empreendimento de sucesso. Por outro lado, a mesma paixão impulsionadora do espetáculo tornava-se objeto de investidas de controle, quando se ultrapassava o limite frágil que delimitava a viabilidade do excesso. Lyra Filho, primeiro presidente do Conselho Nacional de Desportos, produziu alguns textos sobre o comportamento do torcedor de futebol que foram publicados no *Álbum de Vistas do Minas Tenis Club*, revista que foi publicada especialmente na década de 1940. Suas ideias se fundavam na necessidade de se orientar a torcida, no intuito de “ponderar as ondulações do entusiasmo, sem perde-lo na frouxidão comprometedora do instinto”³. O parágrafo único do art. 35º do C.N.D autorizava a intervenção da polícia nas praças esportivas, “quando solicitada pelo juiz ou outra entidade dirigente da competição”⁴.

Sob a égide das finalidades educativas e formativas do esporte, a paixão era tida como a antítese da racionalidade que se buscava na conformação de corpos habituados a uma ideia de nação forte e equilibrada, polida e discreta. Particularmente em Belo Horizonte, uma cidade que ainda se construía e que ansiava pela modernidade, este discurso seria significativamente importante. O futebol, também partícipe desse ideário, deslocou-se por outra via, aparentemente contraditória: a paixão, inimiga da razão moderna e das propostas de estadistas, intelectuais e jornalistas acerca da formação de um novo cidadão brasileiro, mais afeito aos princípios civilizatórios europeus, também serviu aos propósitos nacionalistas de unificação e de representação de um povo que se suporia identificar com um sentimento pátrio comum por meio das conquistas brasileiras no esporte. Uma identificação que seria fundamentalmente motivada por estratégias passionais, acerca de ações determinadas do governo de Getúlio Vargas, o que demonstra certa “contradição intencional”. Nesse ínterim, diferentes sentidos

³ FILHO, João Lyra. A arregimentação da torcida. *Minas Tenis Clube: álbum de vistas*, 1941, n.1, p.77.

⁴ BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n.3.199, de 14 de abril de 1941.

produzidos sobre a prática do futebol e que intentavam legitimar um comportamento ideal se intercruzavam.

O modelo inglês, amplamente veiculado na imprensa periódica mineira durante as décadas de 1930 e 1940 como o arquétipo do esportista por excelência, tornou-se fruto de uma das críticas produzidas no Jornal *Folha Esportiva* acerca do comportamento do torcedor em uma das partidas do campeonato mineiro: “Sob as vistas de um público displicente, pouco numeroso e sem nenhuma vibração. Pareciam, os próprios americanos, uma assistência britânica: assistiram ao ‘match’ assentados, fumando”⁵. Este exemplo, embora menos frequente do que as manifestações de elogio e admiração ao esporte britânico, contrastava as recomendações de Lyra Filho, o que demonstra as distâncias entre normativas e vivências cotidianas.

A busca excessiva pela vitória, razão que se tornou primordial nos embates esportivos, constituiu um dos fatores principais na transformação do comportamento dos torcedores. O acirramento das disputas clubísticas, já presentes em Belo Horizonte pelo menos desde a década de 1920 (Souza Neto, 2010), conferiu ao torcedor certo protagonismo na produção do espetáculo. As manifestações de violência como alternativa de demonstração do descontentamento pelo rendimento da equipe – que, paulatinamente, passava a representar no plano subjetivo a própria percepção identitária do torcedor que com a equipe aliava suas próprias expectativas de sucesso –; e a constatação, também subjetiva por parte do torcedor, de que ele se tornou componente do clube (no que tange ao direito de reagir frente a possíveis desagradados), incrementou a passionalidade das relações entre torcedor e agremiação.

Diante de uma derrota do quadro atletícano frente ao América, “não foram poucas as carteiras sociais rasgadas, os ataques à diretoria, os apuros aos profissionais da equipe”⁶. As simbologias que se prestavam a produzir identificações cada vez mais específicas e distintivas entre torcedor e clube eram destruídas na instantaneidade dos insucessos, para depois, em um novo e fugaz ímpeto de aceno vitorioso, serem novamente retomadas: o “Atletico seguiu para Uberaba. [...] o resultado: 3 x 0. O torcedor, aquele mesmo que rasgou a sua carteira, que gritou que o time não valia nada, proclama hoje [...] que o campeonato ainda será do Atlético. Que efeito maravilhoso possui o triunfo”⁷!

“As facetas do torcedor” conviviam com os novos ordenamentos organizacionais em voga, como a construção de cercas para separar o campo da arquibancada (o distanciamento

⁵ MELANCOLICA despedida. *Folha Esportiva*. 08 de out. 1946, s/n, p.1.

⁶ AS DUAS facetas do torcedor. *Diário Esportivo*. 09 de agost. 1945, n.3, p.3.

⁷ *Idem*.

entre torcedor e jogador) e as insistentes solicitações de adequação às normas de disciplina e segurança. Em uma das reportagens do *Estado de Minas*, publicada ainda no ano de 1933, “o nem sempre possível refreamento da torcida, coisa hoje universalmente comum”⁸ foi utilizado como argumento para a construção de cercas em volta do campo.

Trata-se de ser feito com que os clubes cerquem o campo de futebol com forte tela, que impeça a invasão, causa principal das irregularidades verificadas em inúmeras partidas do campeonato brasileiro, carioca e paulista, não só, como no nosso. Não se trata de inovação sinão em nosso paiz e a medida nos parece de grande alcance, talvez com capacidade de evitar inteiramente a reprodução dos factos tão desagradáveis a que temos presenciado aqui e em outras paragens. No Rio, a imprensa occupa-se do assumpto, em em Belo Horizonte, o reflexo de modo favorável como a medida foi recebida é bastante animador⁹.

No ano seguinte, 1934, o jornal *Folha de Minas* noticiou que o Atlético havia construído uma “cerca de tela grossa” ao redor de seu campo: “uma medida de grande alcance para evitar as invasões da torcida que davam em espetáculos tão tristes e, mesmo às vezes, tão graves”¹⁰. A reportagem mencionava o feito do Atlético como uma medida que deveria ser imitada pelos outros clubes da capital.

Contudo, esses mesmos torcedores manifestavam costumes próprios construídos em suas experiências anteriores com o futebol e com o torcer, em grande parte alheios às modificações de conduta e à moralização que os defensores do regime profissional advogavam. A construção de cercas, por exemplo, não seria capaz de conter as invasões de torcedores até, pelo menos, meados da década de 1940. Tradição e modernidade; costumes e mercado comporiam um cenário dubio com diferentes manifestações. O “moderno”, ao mesmo tempo em que representava evolução, também poderia fomentar a “barbárie”. Já a tradição, imbuída de pureza, originalidade e referência histórica, pecava pelo atraso. Nesse “jogo”, o profissionalismo, entendido no momento de sua adoção como uma ação evolutiva, desencadearia episódios poucos condizentes com a modernização dos esportes e com a civilização das condutas apregoados naquele momento.

Um fato representativo aconteceu em um jogo entre América e Atlético no ano de 1945. O estádio Antônio Carlos estava “apinhado”, como descrito no *Diário Esportivo*, e no momento de espera de entrada das equipes, as torcidas protagonizaram uma peculiar guerra.

E como não começava o jogo principal, nem apareciam os times, eis que o corpo social atleticano e a torcida do líder iniciaram uma terrível guerra de laranjas. Não se sabe

⁸ ASSOCIAÇÃO Mineira de Esportes. Estado de Minas, 02 de nov. 1933, p.6.

⁹ *Idem*.

¹⁰ UM EXEMPLO digno de imitação. Folha de Minas. 16 de out. 1934, n.2, p.11.

bem como começou. O certo é que em poucos minutos, laranjas, cascós e bagaços eram atirados de um para outro lado, carimbando paletós, camisas, gravatas, chapeos, rostos e cabelos. Naquele aperto, cada um procurava se entrincheirar atrás de um cavalheiro mais robusto. Muitos tiraram o paletó, para livrá-lo de uma possível mancha. A polícia de dentro do gramado e as gerais deliciavam o espetáculo (aliás, pouco agradável para os seus participantes) [...]"¹¹.

Nesta reportagem percebe-se a divisão espacial estabelecida no estádio, o lugar do “corpo social” dos clubes e as “gerais”, lugar dos demais torcedores que pagavam um preço mais acessível. Essa divisão já estava presente na construção dos primeiros estádios belo-horizontinos da década de 1920, como demonstrou Souza Neto (2010). Curiosamente, a guerra de laranjas se iniciou no “corpo social”, protagonizada por cavalheiros que vestiam paletós e usavam chapéus. Este fato pode ser um demonstrativo de que as novas significações presentes no futebol faziam parte do comportamento geral, o do torcedor de futebol, embora as distinções de classe (manifestadas, por exemplo, pelo lugar ocupado no estádio e pela vestimenta) ainda estivessem fortemente presentes naquele contexto.

Outras guerras não tão inofensivas eram, ao mesmo tempo, descritas nos jornais. A rivalidade clubística passou a ser assunto corrente nas abordagens sobre as manifestações de violência. Contrariando os prognósticos de Tomaz Naves, presidente do Atlético em 1933, e do jornal *Estado de Minas*, os episódios agressivos não diminuíram com o advento do profissionalismo. O recrudescimento das rivalidades foi em grande medida potencializado pelo incremento da espetacularização e da midiatização do jogo (via imprensa periódica e radiofônica). Esta circunstância pode ser identificada como um fator que ampliou a evidência aos clubes e acirrou identificações e partidarismos de seus adeptos. Elementos como fidelidade e honra, presentes nas formulações amadoristas de princípios do século XX, ressignificaram-se no novo contexto profissionalista, onde a vitória, a despeito da competição cordial, passou a ser legitimadora de tais predicados.

Em uma das reportagens anuncia-se que o futebol estava se enveredando por “caminhos perigosos”¹². Com o alerta “qualquer dia vai sair tiro”, o texto denunciava que “torcedores inconscientes” estavam “provocando uma situação difícil para o nosso futebol”¹³ e propunha a ação imediata das diretorias e, em último caso, da polícia. Ressaltava-se a passionalidade que envolvia o “futebol sensação, o futebol neurastenia”, pontos importantes

¹¹ A GUERRA das laranjas. Diário Esportivo. 16 de agost. 1945, p.2. Vale destacar que “guerras” como estas já haviam sido descritas no ano de 1933 pelo jornal A Tribuna (05 de agost.1933, n.98, p.5).

¹² CANELADAS. Diário Esportivo. 30 de agost.1945, n.6, p.5.

¹³ *Idem*.

para a vitalidade do jogo, porém, quando mantidos dentro dos limites que não resultassem em excessos e prejuízos.

O futebol é um poço de sensações, agita [...] os nervos do torcedor, provoca as manifestações mais variadas e múltiplas, entre alegres e retraídas, nostálgicas e ruidosas, indiferentes e expansivas. Livres para escolher as cores de sua simpatia, o torcedor grita á vontade, expande-se ruidosamente nas arquibancadas, quando o seu time preferido avança para o triunfo. Recolhe-se ao seu sentimento de desespero quando, contrariamente, vê o arco do seu clube vasado mais vezes pelo adversário superior¹⁴.

A reportagem mencionava como exemplo dos excessos as provocações realizadas entre torcedores, que extrapolavam os limites da boa convivência de outros tempos. Evocando um período anterior, remoto e abstrato, o texto relatava que as “manifestações de alegria e de ‘gozo’ não ultrapassavam os muros da cancha em que se realizava a partida”, estendendo-se por “rodinhas partidárias, nos clássicos pontos de reunião desse ou daquele clube, sem maiores agravos”¹⁵. Um dos lugares de encontro de torcedores mais divulgados pelos periódicos eram os cafés do centro da cidade, a exemplo do Bar do Ponto. Outros estabelecimentos também se destacavam por esse propósito aglutinador, como o Café Palhares e o Trianon. Igualmente, a Praça Sete, localizada no intercruzamento de duas das principais avenidas de Belo Horizonte em seu ponto mais central, era um local privilegiado para esses encontros. Entretanto, “jamais um torcedor ia a própria cancha do ‘fan’ adversário para tripudiar sobre sua derrota”¹⁶. Para a publicação em questão, a ocorrência de tal acontecimento promovia uma desestabilização das relações entre os torcedores.

Um dos exemplos citados foi prática dos “enterros”, que consistia em simular o sepultamento da equipe adversária após a sua derrota: “Os americanos, após a última vitória sobre o Atletico, deixaram o Trianon, seu quartel general, fazendo uma passeata até a Praça 7, carregando um ‘caixão’”. O narrador manifestava temor pelo possível encontro do bando americano com algum grupo de atleticanos pelas ruas: “talvez houvesse até um conflito”. E nesta investida argumentativa, advertia sobre a ocorrência de uma “mutação inesperada, inconcebível”: “As torcidas esquecem o decoro devido ao adversário vencido, olvida as leis da educação esportiva e os sentimentos de cordialidade que devem prevalecer entre clubes amigos e co-irmãos”¹⁷.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

No jornal *O Amadorista*, o cronista Dilson Andrade de Aquino produziu um longo texto relatando o seu espanto ao acompanhar a realização de um dos “enterros” protagonizado por integrantes de um clube amador. Os escritos do autor relatam com maiores detalhes a ocorrência da prática e, por este motivo, serão transcritos na íntegra.

Despreocupado, eu me encontrava na “fila” para adquirir ingresso afim de assistir a um filme excepcional que se exibia em um dos cinemas da Rua da Bahia. Era domingo, muito movimento, mormente na área que circunda o cinema, isto talvez motivado pelo cartaz do filme que se exibia; automóveis estacionados congestionavam o transito, não obstante, os elétricos desciam a Rua com regular velocidade. De um dos bondes saltou um atleta, numa verdadeira demonstração de “acrobacia”, procurava alguém, seguia “fila”, como que necessitasse de favores, para não sujeitar-se a essa modalidade da época, que se tornou necessidade. O “Artista” me reconheceu, ofegante ainda, iniciou a conversa: Você não foi convidado a acompanhar o “Enterro do Príncipe”, perguntou. Confuso e intrigado, respondi: “A família real não me honrou com a participação da morte do Príncipe e muito menos me convidou para assistir o seu sepultamento. Intrigado ainda sobre a “morte do Príncipe”, apesar de nossa conversa chamar a atenção dos componentes vizinhos da “fila” eu o escutava com paciência. O enterro é no Bairro do Mendonça, continuou o rapaz. No Bairro do Mendonça? Onde fica isto Santo Deus?... O informante explicou-me. Levado pela curiosidade, abandonei meu lugar, desisti de ver o filme e rumei para o “Mendonça”. Estacionado na Rua São João Evangelista esperava pela passagem do férretro. Não duvidei que o encarregado da “Cidade dos pés juntos” recusasse o sepultamento de um “sangue azul”, apesar de ser noite. Vozes estranhas e confusas anunciam a aproximação do enterro. Indaguei de uma senhora idosa: “há reinado no Mendonça”? Ela não me compreendeu. Expliquei-lhe detalhadamente o que desejava saber. Príncipe é um clube de futebol... respondeu a velha. O time aqui do Mendonça o arrazou e agora faz o seu enterro. Continuava confuso... queria mais detalhes, mas surgia, enfim na curva, o esperado desfile fúnebre. Que espetáculo presenciei! Centenas de homens conduziam um caixão, haviam caveiras e velas, e o mais esquisito é que não faltava a “Caninha”. Fiquei extático, perplexo e mudo, acompanhava com os olhos aquele impressionante desfile. Ao meu lado, a velha percebera o meu espanto, a minha reprovação, a minha indignação e com um sorriso sarcástico e amarelo falou: Espere o baile, seu moço. Baile? Depois de enterro! Eu não danço, minha senhora. Voltei, o espetáculo me impressionara, aquilo era caso de polícia... Longe, ainda ouvia o eco de vozes dos fanáticos; quando se arrebanham são perigosos, o seu conjunto é nocivo quando reina o clima da mediocridade. Pobre amadorismo¹⁸!

Outro caso semelhante envolvendo provocações entre adversários mereceu destaque, desta vez protagonizado por alguns cruzeirenses que saíram às ruas para provocar um popular torcedor americano: “[...] após o jogo, dirigiram-se em grupo ao restaurante do conhecido paredro Chico Rufolo, conduzindo cartazes e, em frente áquele estabelecimento, puseram-se a ‘gozar’ o triunfo. Por sorte, Chico Rufolo não estava presente e a coisa ficou apenas em gritaria”¹⁹.

¹⁸ AQUINO, Dilson de Andrade. O enterro do Príncipe. *O Amadorista*, 09 de set. 1946, n.3, p.1.

¹⁹ CANELADAS. Diário Esportivo. 30 de agost.1945, n.6, p.5.

A reportagem defendia atitudes diferentes para os torcedores: “moderadas, sempre dirigidas no objetivo da cordialidade e bem-estar entre os clubes”²⁰. Entretanto, naquele momento o sistema organizacional do futebol estava centrado em outros princípios, sobretudo no da competição como via de se alcançar a vitória, e esta como caminho para o sucesso financeiro e para a representatividade social. O poderio do capital econômico (fruto da rentabilidade do negócio esportivo) e do capital cultural (não mais circunscrito a uma distinção restritiva e aristocrática, mas cada vez mais voltado para uma representatividade expansionista, massiva e fanática) pouco condiziam com a manutenção do espírito esportivo dos primeiros anos do amadorismo na cidade.

Como alternativa aos fatos mencionados, a publicação defendia a intervenção da entidade gestora do futebol (F.M.F) e dos dirigentes dos clubes: “A esses cabe a tarefa de zelar pelo prestígio e moral do nosso ‘soccer’. Sua ação deve atingir mesmo a propria torcida, por meios indiretos, é claro, em seu direto beneficio e do esporte”²¹.

Caso, porém, os nossos dirigentes não queiram ou não possam evitar ou mesmo restringir tais excessos, vamos então apelar para as autoridades policiais. A situação, não resta dúvida, já chegou a ser de ordem publica. O fato é que, se não houver uma atitude providencial imediata, qualquer dia estaremos registrando ocorrências lamentáveis e, talvez, trágicas, no cenário do futebol mineiro. Vamos evitar que saia ‘tiro’...²².

Contudo, como mais um exemplo das contradições que se processavam naquele incipiente contexto do profissionalismo, o acirramento das rivalidades era instigado pelo próprio periódico em outras ocasiões. Foram várias as provocações localizadas nas páginas do *Diário Esportivo*, em forma de estórias, anedotas, composições musicais, poemas e charges. Uma delas foi produzida na ocasião de uma derrota do América em uma partida contra o Cruzeiro.

Segunda-feira, na Praça Sete, havia um verdadeiro ‘meeting’ futebolístico. Jogadores, torcedores, juizes e paredros, todos discutindo o clássico. E assim, pudemos ouvir boas bolas dentre as quais salientamos as seguintes:

[...] o simpático cruzeirense, chegou com essa:

‘Vocês sabem que ficaram desfeitos todos os rumores sobre uma possível rivalidade entre Aldo e Niginho? Sim, pois vocês não viram que Niginho ‘deu uma bicicleta para o Aldo não ir mais a pé para Santa Maria’?...’

E os venenos contra o América eram terríveis. Uns diziam que Chico Rufolo vendera a chacrinha sábado, já prevendo a derrota de domingo, outros que a firma que distribuiu no campo amostras de comprimidos contra dor de cabeça era americana, e assim por diante²³.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

²³ CANELADAS: Veneninhos do Cruzeiro X América. *Diário Esportivo*, 30 de agost. 1945, n. 6, p.5.

Ao mesmo tempo em que os textos se mostravam preocupados com possíveis desfechos impetuosos oriundos das ações provocativas dos torcedores, também assumiam situações capazes de desencadear a mesma violência que condenavam. Segundo a publicação anterior, os culpados pelos agravos no cenário esportivo eram os torcedores e os seus costumes “pouco adequados”²⁴. Com a centralidade na figura do público, as ações da imprensa pareciam se fundar em uma suposta neutralidade, conformada por certa autoridade na condução das narrativas e das argumentações sobre o esporte. Pode-se inferir sobre a existência de uma legitimidade da imprensa, que autorizava sua “provocação erudita” (pautada nos códigos da escrita e no poder da transmissão de informações) e desautorizava as formas de “provocação popular” (fundadas, sobremaneira, nos costumes e na oralidade).

A suposta neutralidade apregoada pelos periódicos esbarrava-se em características que denotavam a existência de outras relações que contrariavam as preocupações veiculadas. Os próprios jornalistas eram declaradamente torcedores, embora fizessem questão de salientar a imparcialidade de seus escritos²⁵. A publicação de vinculações clubísticas em um momento marcado por acirradas rivalidades, por denúncias diversas de favorecimento a determinados clubes e por inúmeras cenas de violência, denota um comportamento muito distante do ideal de profissionalismo que os mesmos impressos propagavam.

Ainda como parte das produções discursivas acerca do comportamento do torcedor, outro artigo anunciava: “Vamos moralizar a torcida”²⁶! O centro da argumentação residia na constatação de que o público assistente não tinha a exata noção das dificuldades enfrentadas pelos jogadores em campo: “O que acontece é que a maioria dos torcedores nunca pisou num gramado, isto é, jamais integrou qualquer time num jogo de importância, perante ‘incalculável multidão’”. E, nesse caso, propunha-se uma inversão.

²⁴ *Idem*.

²⁵ Em uma das edições do Diário Esportivo constava a filiação clubística dos editores do impresso. O título da reportagem “Na surdina” vinha acompanhado do texto: “Todo cronista ou comentarista esportivo tem, via de regra, as suas preferências partidárias. É verdade que fora das suas funções, pois, no exercício do ‘metier’, a inclinação por este ou aquele clube deve desaparecer para que não haja parcialidade de julgamento”. Após esta citação, uma lista com catorze integrantes do jornal, com seus respectivos clubes, foi publicada (DIÁRIO ESPORTIVO, 04 de out. 1945, n.11, p.5). Em outra reportagem, ao se referir aos “partidos da direção”, o Diário Esportivo preferiu não manifestar a predileção de seu corpo diretivo “para permanecer na ‘classe dos não-beligerantes’. Entretanto, apontou os clubes de diretores de outros jornais: “Quase toda a gente sabe que o dr. Gregoriano Canedo, diretor dos ‘Associados’, é atletícano; que o doutor Gualter Maciel, da ‘Folha de Minas’, é cruzeirense; que os srs. João de Lima Pádua e Helvécio Ferreira de Carvalho, de ‘Minas Esportiva’, são americanos; que os drs. Oscar Mendes, de O Diário, e Emílio Moura, do ‘Minas Gerais’, não têm, oficialmente, preferências esportivas (DIÁRIO ESPORTIVO, 01 de nov. 1945, n.15, p.9).

²⁶ VAMOS moralizar a torcida. Diário Esportivo. 08 de nov. 1945, n.16, p.7.

Se fosse possível ‘bolar as trocas’, quer dizer, botar os torcedores em campo, correndo atrás da pelota e reclamando do juiz, enquanto os legítimos jogadores ficavam gritando das arquibancadas, então, sim, eu penso que tudo ficaria moralizado. É muito fácil chamar um juiz de ‘bacará’, embora ele nunca tenha pisado num cassino, ou dizer que tal ‘player’ é ‘perna de pau’, conquanto ele possua os ‘pisantes’ perfeitos. O difícil, entretanto, é apenas o próprio futebol, cujas regras não permitem que haja dois vencedores numa mesma partida²⁷.

O texto se encerrava com outra proposição, considerada como solução para o problema “da insatisfeita torcida”: a aplicação de punição aos torcedores pelo Tribunal de Penas da F.M.F: “apliquemos punições também aos torcedores, suspendendo-os por determinados números de jogos, conforme se faz com os jogadores”. Em tom irônico, concluiu-se que “no fim de um mês, não haverá uma só pessoa assistindo a jogos oficiais e a torcida estará, assim, moralizada”. E, com esta perspectiva, “o caso da falencia dos clubes” ficaria para se estudar depois²⁸.

A reportagem em questão suscita alguns pontos importantes. O primeiro é a reiterada culpabilidade direcionada aos torcedores. Segundo o texto, somente com a extinção da torcida a almejada moralização seria possível. O segundo ponto é a proposição de mais uma medida normativa de controle do público assistente, além da já mencionada separação das arquibancadas do campo: a suspensão dos torcedores em determinados jogos. Possivelmente, o autor do artigo não imaginou que esta medida (abordada por ele de forma irônica) seria, anos depois, adotada no futebol brasileiro. O terceiro ponto, o mais relevante, refere-se à criação do Tribunal de Penas da F.M.F, em 1943, a partir de uma resolução aprovada pelo C.N.D em novembro de 1942, que, dentre outras determinações, exigia que todas as federações brasileiras constituíssem obrigatoriamente tal entidade para a execução dos campeonatos do ano de 1943 (sobierajski, 1999). Era atribuição do Tribunal de Penas “o julgamento e a punição de qualquer transgressão do estatuto, regulamento, código ou resoluções de algum órgão ou poder desportivo da federação ou aquela que estiver sujeita, na forma do Decreto-Lei nº 3.199/41” (*idem*, p. 170).

Por disposição do número 32, cada federação deveria elaborar um código disciplinar e de penalidades para vigorar no campeonato de 1943 [...]. Estavam jurisdicionados ao Tribunal de Penas as associações (clubes), atletas, árbitros, bandeirinhas (juízes de linha), dirigentes, sócios de clubes desportivos, técnicos, treinadores, massagistas, auxiliares ou empregados de associações. A competência abarcava, também, quem estivesse a serviço da federação ou de entidade desportiva e desconsiderasse as autoridades ou membros de poderes ou órgãos desportivos (item 30) (Sobierajski, 1999, p.170)²⁹.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ SOBIERAJSKI (1999, p.173) relata que em 16 de agosto de 1945, o C.N.D criou o Código Brasileiro de Futebol, como uma forma de unificar o controle disciplinar antes delegado às federações: “o Órgão Máximo do Desporto

Embora a maior culpabilidade pelos males do futebol tenha se centrado na figura dos torcedores (na visão dos impressos), as novas proposições disciplinares do Tribunal de Penas estariam mais voltadas para o comportamento tido como desviante dos jogadores. Nesta perspectiva, pode-se perceber a violência como parte de um contexto maior, coparticipativo e relacional, aliada à própria lógica do espetáculo e do preço atribuído à vitória. Esperava-se que os jogadores, tornados profissionais, tivessem outro comportamento, mais afeito ao de trabalhadores que prestavam serviços aos seus clubes e recebiam vencimentos por isso. No entanto, a lógica comportamental, assim como se sucedeu com a torcida, não acompanhou de imediato a rigidez das novas configurações.

Incontáveis seriam os exemplos sobre condutas de jogadores que estamparam as páginas da imprensa. Na impossibilidade de descrever todos, alguns acontecimentos serão elencados, sobretudo aqueles que envolveram a atuação do Tribunal de Penas da F.M.F. Um dos textos assinalava que várias penalidades haviam sido aplicadas aos jogadores por “ofensas à moral”³⁰. Os argumentos mobilizados demonstram as ambiguidades do futebol àquele momento e as mesclas presentes entre um entendimento que valorizava, de um lado, a sua expansão e popularização, e de outro, clamava por suas finalidades educativas.

O esporte é o divertimento das multidões. É barato, é emocionante, está ao alcance de todos. Ao lado de sua função de divertir, pode e deve ter a função de elevar. Daí a estranheza que causam gestos, palavras ou atitudes que possam ofender aos sentimentos elevados das famílias mineiras que acorrem aos campos. Não nos esqueçamos nunca: o esporte não é um fim em si. Para alcançar uma vitória não se justificam todos os meios³¹.

No entanto, o esporte das multidões já era gerido por um mercado para as multidões e, nesse caso, muitos meios poderiam ser mobilizados e justificados para se alcançar uma vitória com um fim em si mesma. Outro episódio, envolvendo um jogo entre Villa e Cruzeiro foi descrito como selvagem, bárbaro e canibalesco.

É impossível precisar bem como começaram, quem deu início. O certo é que jogadores gesticularam, alguns tentaram tirar outros do rôlo. Mas, a esta altura, o campo do Cruzeiro, absolutamente aberto à invasão do público, estava cheio de gente. E a pancadaria começou. Petronio e Bituca se atracam, Petronio sai correndo, com

Brasileiro aprovou a Deliberação nº 48-45, na qual determinou que as entidades desportivas que tivessem admitido o profissionalismo dos atletas adotassem o Código aprovado em 16 de agosto”. No entanto, segundo o autor, a deliberação recomendava que o Código fosse utilizado como “lei supletiva, ante a omissão de legislação própria da federação. No caso mineiro, as fontes consultadas sugerem que o Tribunal de Penas continuou funcionando como órgão disciplinador do futebol no estado.

³⁰ COTA, José de Araújo; FILHO, Etiene J. Duas palavras. Diário Esportivo. 06 de set. 1945, n.7, p.2.

³¹ *Idem.*

Bituca atrás e o povo atiçando, insuflando. Petronio corre, escapa. Jogadores do Vila acertam Bituca. Petronio pula a cerca e cai entre torcedores cruzeirenses que aí o massacraram. O centro vilanovense cai desacordado. Dentro do campo, a coisa continua. Quase todos os jogadores se degladiando. E foram precisos uns 15 minutos para que a polícia, a cavalaria e todos os esforços conjugados impedissem a continuação da selvageria, que condenamos com violência e com asco³².

Segundo outra reportagem, o acontecimento terminou com a prisão de todos os ‘plaiers’ dos dois ‘teams’: “Foi uma medida acertada da polícia. Esperemos, agora, pelas punições do Tribunal de Penas. Ou será que esse órgão vai fazer vistas grossas, contentando-se em advertir (mais uma vez) ‘por julgar isso o suficiente’ [...]”³³? Outro artigo citava o exemplo de outras partidas, mencionando “espetáculos extra de vale-tudo”, “trocas de murros e pontapés”, “socos, “chutes”, “gravatas”, “rasteiras”. Interessante, no entanto, era a constatação da emoção e da vibração da assistência ao presenciar tais cenas: “Não entrou um torcedor ou um soldado, até que, afinal, cessasse a luta corporal [...]. Tudo vimos naquele dia, sob as aclamações da multidão”. Mais curiosa ainda foi a reação final do próprio autor do texto, que antes havia criticado os fatos e cobrado medidas eficazes do Tribunal de Penas: “Uma cousa reconhecemos: que são divertidos esses espetáculos, são. E muito. Vale a pena assisti-los. Mas, também é verdade que reduzem a moral e a disciplina dos nossos profissionais a zero”³⁴.

Outra publicação se dirigia diretamente ao Tribunal de Penas da F.M.F, exigindo o combate da indisciplina, “para salvaguarda dos sadios princípios do esporte”, principalmente no setor profissional, “onde o jogador precisa ter absoluta noção dos seus deveres para com os clubes e o público pagante, a par do respeito devido ao adversário, seu colega de profissão”³⁵. Este texto trazia de forma mais explícita a relação entre profissão e mercado, ressaltando os princípios do esporte como forma de equilibrar essa relação. Entretanto, como dito anteriormente, os mesmos princípios de outrora já não faziam tanto sentido naquele contexto.

Outros exemplos de embates dentro e fora dos campos seriam protagonizados pela atuação dos árbitros. Supostas parcialidades; conjecturas sobre suborno; erros constantes; situações de violência; atrasos das partidas; o não-comparecimento de juízes escalados aos jogos marcados e a escolha de última hora de substitutos; dentre tantos outros imbróglios, constituíam temáticas que geravam polêmicas em Belo Horizonte desde, pelo menos, a década de 1920. No começo da década posterior, as situações suscitadas pela arbitragem foram um dos

³² O CRUZEIRO transpôs a barreira número 1 rumo ao título. Diário Esportivo, 27 de set. 1945, n.10, p.5.

³³ SOLON. Aconteceu na semana. Diário Esportivo, 27 de set.1945, n.10, p.8.

³⁴ *Idem.*

³⁵ CARTAS imagináveis. Diário Esportivo. 18 de out. 1945, n.13, p.3.

fatores que impulsionaram os discursos favoráveis à implantação do profissionalismo. Propagava-se que a nova organização esportiva, resguardada pela seriedade e imparcialidade propugnadas pelo reconhecimento da profissão, traria um novo significado para a ação dos juízes e, consequentemente, reformularia positivamente todo o sistema gestor que envolvia os quadros de arbitragem.

Entretanto, notícias sobre os jogos do campeonato mineiro publicadas na década de 1940 demonstravam uma realidade ainda bastante arraigada aos caracteres do período inicial do amadorismo³⁶. Alguns árbitros ainda eram vinculados aos clubes como ex-atletas, ex-dirigentes e, até mesmo, como torcedores declarados, situações que ocasionavam conflitos periodicamente. Um exemplo significativo é o do árbitro Ari Martini, culpado por uma péssima arbitragem em um jogo entre Cruzeiro e Villa Nova, em 1945, já que ele era ex-diretor do Cruzeiro “até pouco tempo, tendo sido mesmo técnico do ‘team’”³⁷. Também havia o caso do árbitro Raimundo Sampaio, conhecido como Mundico. Ex-jogador do Sete de Setembro, sendo posteriormente presidente da equipe, protagonizou alguns episódios polêmicos em suas atuações. Da mesma forma, situações semelhantes transcorriam com outros ex-jogadores, ex-técnicos e ex-dirigentes que resolviam adotar o apito.

Em várias ocasiões, os juízes escalados não compareciam aos jogos, o que demandava a escolha de substitutos momentos antes do início das partidas. No campeonato mineiro de 1945 houve um caso singular: um árbitro carioca, de nome Fioravanti, foi convidado a dirigir uma das partidas, mas retornou à sua cidade com a súmula do jogo, o que gerou duras críticas por parte dos clubes e da imprensa acerca da fragilidade do sistema de arbitragem:

Parece-nos que o acontecido é inedito em nossa crônica esportiva. Mas, além disso, afigura-nos grave e, por isso, dissemos que se tratava de um fato de grande importância. Com efeito, a vista da ausência, da sumula do juiz, não pôde o Tribunal de Penas julgar o ‘classico’. Ora, punir é a função mais grave e mais importante. Nada revolta mais que uma injustiça³⁸.

A imparcialidade, a idoneidade, a seriedade e a organização propostas pelo profissionalismo eram constantemente questionadas pelos acontecimentos concretos do cotidiano. Em uma das reportagens do jornal *Folha Esportiva*, do ano de 1946, noticiava-se que a arbitragem do jogo entre América e Siderúrgica estaria a cargo de Geraldo Toledo, “escolhido

³⁶ Sobre esta passagem, uma consideração torna-se importante: o termo “período inicial do amadorismo” se refere ao período anterior à implantação do profissionalismo e não ao amadorismo vigente na década de 1940.

³⁷ O CRUZEIRO transpôs a barreira número 1 rumo ao título. Diário Esportivo. 27 de set. 1945, n.10, p.5.

³⁸ FIORAVANTI carregou a súmula. Diário Esportivo, 28 de agost. 1945, n.5, p.6.

por sorteio na sede da Federação”. O juiz compareceu ao campo, “mas à última hora, ocasionando em parte o atraso do início da peleja”³⁹.

Dias depois, o mesmo árbitro ficou encarregado de dirigir a partida entre Minas Gerais e Mato Grosso, válida pelo Campeonato Brasileiro de Futebol. Sua atuação, no entanto, só aconteceu em razão da ausência do juiz que havia sido previamente escalado: “O encontro [...] deveria ser dirigido pelo árbitro paulista Artur Cidrin, que não chegou à capital. O árbitro teve de ser escolhido à hora do jogo, de comum acordo, tendo esta escolha recaído em Geraldo Toledo”⁴⁰.

Outra reportagem, dessa vez do *Diário Esportivo*, dedicou-se a narrar um dos motivos dos frequentes “rompimentos de relações diplomáticas” entre Atlético e América. O exemplo citado demonstra como a arbitragem ainda era controlada pelos clubes no regime profissional. Em um dos jogos disputados entre as duas equipes houve uma troca de juízes motivada pelo “excesso de penalties”.

Romulo abriu a contagem, batendo um penalty. E Nicola empatou pelo Atlético batendo outro penalty. Acabou-se o primeiro tempo e os ‘teams’ acharam que Mundico estava marcando ‘penalties’ demais. Mudaram o juiz, passando o jogo a ser dirigido por Satiro Taboada. Paim então desempatou e o América venceu por 2 x 1⁴¹.

A figura do juiz alcançara maior centralidade com o profissionalismo, entretanto, o controle das partidas ainda estava fortemente alicerçado na ação dos dirigentes dos clubes. Estes ainda detinham o poder de escalar ou de substituir árbitros no meio dos jogos. Naquele momento, algumas partidas aconteciam em campos neutros, decisão instaurada em 1936 e noticiada pelo jornal *O Esporte* como medida “inédita na história esportiva”⁴² de Minas Gerais. Esta foi uma das inúmeras tentativas empreendidas no intuito de se minimizar os frequentes impasses. Entretanto, pode-se constatar que ação dos próprios árbitros estava longe de ser considerada neutra.

Em outra edição do *Diário Esportivo*, um texto intitulado “Arbitragens rumorosas do nosso futebol” conferia à ação dos juízes a maior responsabilidade nos resultados dos jogos, ainda que “muita gente” apontasse “o problema do técnico como o nº 1”⁴³. Se as problemáticas envolvendo a arbitragem já eram correntes no período anterior ao profissionalismo, pode-se inferir que a adesão ao novo regime ampliou os conflitos, na medida em que as vitórias ou

³⁹ PELO score mínimo... Folha Esportiva, 08 de out. de 1946, s/n, p.1.

⁴⁰ VITÓRIA espetacular dos Mineiros... Folha Esportiva, 14 de out. 1946, n.3, p.1.

⁴¹ O CLÁSSICO há 10 anos... Diário Esportivo, 09 de agost. 1945, n.3, p.6.

⁴² ANUNCIA-SE o 3º turno do campeonato profissional de futebol. O Esporte. 19 de out. 1936, n.1, p.3.

⁴³ ARBITRAGENS rumorosas do nosso futebol. Diário Esportivo, 16 de agost. 1945, n.4, p.9.

derrotas dos clubes passavam a representar, de maneira mais incisiva, possibilidades de sucesso ou derrocada financeira.

Se, para um clube, um bom preparador é fundamental para que o ‘team’ ande bem, vença e firme o padrão de jogo, também é certo que um mau juiz pode anular o trabalho de decisiva repercussão na tabela. Daí a relevância do problema dos árbitros, agravado, numerosas vezes, pela paixão dos torcedores, pela indisciplina dos jogadores e atitudes hostis de diretores de clubes⁴⁴.

Para além das questões de organização interna, o acirramento das disputas nos campos resultava em episódios que, frequentemente, conferiam outros tipos de destaque à atuação da arbitragem. As formas de violência as quais eram submetidos se tornava uma questão de difícil resolução, pois estava atrelada a um contexto maior de influências, como demonstrado anteriormente. O cenário se formava por torcedores, jogadores, árbitros, imprensa e, até mesmo, pela vibração da “multidão” que entendia os atos violentos como partes do espetáculo.

O que aconteceu domingo, em Sabará, com o juiz Luis Gonzaga Filho, foi apenas um derivativo do que estava para suceder há muito tempo. Essa história de perder no futebol é uma dureza. Principalmente quando o time acha que não merecia... A questão é que os animos estavam esquentados, isto é, vinham progredindo, em irritação, desde o início do campeonato. O Geraldo Fernandes foi o primeiro. Willer Costa não apanhou a mesma Sabará nem sabemos porque. Ari Martini leva uma vantagem: é forte pra burro. Coube ao pobre do Luis Gonzaga experimentar as iras dos torcedores. Sobre ele, reunidos, desencadearam-se todos os motivos, transformados em murros e pontapés, acumulados há muito. Motivos do Willer Costa, do Geraldo Fernandes, do Ari Martini...⁴⁵

O texto se encerrava com a proposição de uma irônica solução, porém não menos demonstrativa de uma realidade que recheava, há tempos, as páginas dos jornais.

É... Não há outra alternativa. Teremos mesmo de modificar a estrutura do atual quadro de juizes da Federação Mineira de Futebol. Vamos colocar no dito desembargadores, juizes de direito e promotores de justiça, devidamente resguardados pelos delegados de polícia e forças do exército. E, como ultima sugestão, fazer realizar todos os jogos do campeonato do páteo da Secretaria do Interior. Dali, rapidamente, os jogadores e torcedores serão transportados para o xadrez⁴⁶.

As situações mencionadas nos periódicos demonstram os paradoxos de uma estrutura esportiva que buscou caracteres fundados em uma ideia de profissionalização antes mesmo de sua regulação, mas que se manteve, ao menos até a década de 1940, com princípios e pressupostos dos tempos iniciais do amadorismo. Tal fato demonstra que o entendimento de amadorismo e de profissionalismo não pode se resumir em uma única via explicativa – a da

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ MODOS de viver. Diário Esportivo. 03 de mai.1946, n.40, p.3.

⁴⁶ *Idem.*

simplista e já mencionada “transição” de um regime para o outro (até mesmo porque, como já dito, o amadorismo continuou existindo). Pode-se observar que o ideal amador mantido no regime profissional possui, pelo menos, duas possibilidades interpretativas, quais sejam: a do discurso e a da organização prática. Por vezes, a intenção fundada na organização prática do profissionalismo distanciava-se do discurso amador (considerado retrógrado e obsoleto) para aproximar-se dos intentos considerados modernizadores e mais afeitos ao mercado em gestação. Entretanto, a própria estrutura organizacional se mantinha com caracteres próprios do período amador inicial, o que denota, além dos distanciamentos entre discurso e prática, possíveis tentativas de se manter relações de poder construídas e solidificadas no amadorismo.

De maneira inversa, quando os novos ordenamentos escapavam do controle dos clubes e das entidades dirigentes, especialmente no que tange ao comportamento do público assistente, as prerrogativas originais do amadorismo – calcadas na disciplina, no respeito, no cavalheirismo e na honra – eram mobilizadas como estratégias normativas. Se o mercado que se expandia não delimitava limites ao capital, os relegava ao público consumidor, como fator necessário à manutenção da rentabilidade do espetáculo.

A consolidação do profissionalismo em consonância com o próprio recrudescimento de um mercado futebolístico alavancou as normativas de regulação do jogo e do comportamento de seus personagens. Não se pode dizer que o profissionalismo, em si, foi o gerador de todas as transformações que se procederam. Muitas delas já estavam em andamento anos antes de sua implantação. O que se pode constatar são as novas relações que o regime possibilitou ou incrementou: como o desenvolvimento de um mercado específico; o aumento da visibilidade midiática; a centralização efetiva nas transações financeiras e nas arrecadações das partidas; o acirramento das competições; o aumento da importância do clube como elemento de representação identitária de variados e heterogêneos grupos; a ampliação do público torcedor e dos estádios; e o aumento da cobrança em relação aos árbitros (“donos” do destino das partidas e de seus “lucros” para os clubes).

Inseridos nessa conjuntura, para além do controle dos comportamentos, outros controles, desta vez direcionados à quantificação do público frequentador dos estádios, também se desdobravam em outras contendas. Nessas dualidades – moralidade/ mercado; retenção/expansão –, a temática das condutas dividia espaço com o controle da rentabilidade dos jogos. Mecanismos que pudesse evitar as suspeitas sobre a evasão de rendas e apaziguar os ânimos de dirigentes e integrantes da imprensa constituíam pauta importante em meados da década de 1940. Em uma reportagem publicada no ano de 1946, noticiava-se uma medida

implementada por um clube inglês no intento de controlar a quantidade de público presente nos estádios. Neste caso em específico, a ação era resultante da ocorrência de um trágico evento.

O West Ham United Football Club acredita ter encontrado uma solução efetiva para o problema de controlar as massas a fim de evitar a repetição do desastre ocorrido em Bolton no ano passado, quando foram vitimados 23 espectadores. Trata-se de uma máquina de registro elétrica que funciona como se fosse um totalizador. Ligada aos torniquetes, registrará automaticamente cada espectador que entrar e transmitirá o número a um quadro de controle central nos escritórios do clube. A primeira experiência desse invento será feita em 10 dos 52 torniquetes do campo, no fim desta semana, quando o West Ham enfrentará o Nottingham Forest⁴⁷.

A anunciada experiência inglesa serviria com um exemplo para a criação de novas estruturas de controle do público presente e pagante em Belo Horizonte. As constantes incertezas geradas em torno da real arrecadação dos jogos motivariam inúmeras discussões que desencadeariam, posteriormente, a adoção de um instrumento de mensuração dos espectadores. Um dos artigos questionava: “Há evasão de rendas em nossos campos”⁴⁸? Indagava-se a discrepância observada entre o número de pessoas aparentemente presentes nos estádios e a renda total veiculada. A questão, citada como “motivo de acalorados debates”, evidenciava várias opiniões a respeito.

Temos visto estádios superlotados para rendas anunciadas de 20 a 30 mil cruzeiros. Surgem, então [...], sérias acusações ao órgão encarregado da venda e recebimento de ingressos: a tesouraria da Federação. Por vezes a celeuma é tão forte que dela se ocupam os jornais e rádios da capital, pedindo uma investigação severa a respeito, pela entidade e clubes e até inquérito policial⁴⁹.

Diante das dúvidas que se apresentavam, o redator do texto solicitava aos leitores que acusassem “os pontos falhos do sistema de vendas de ingresso e serviço de portaria da entidade, prestando, assim, [...] inestimável serviço ao esporte mineiro”⁵⁰. A reportagem explicitava a relação entre profissionalismo e rentabilidade das partidas, expressa por meio da preocupação evidente de se controlar o público pagante como premissa básica para a manutenção do negócio esportivo.

Porque, no regime profissionalista, a preocupação máxima das administrações é obter rendas cada vez maiores, para com elas fazer face das enormes despesas que tem de enfrentar. Os torcedores e particularmente, o quadro social de cada clube, quer um ‘team’ bom, jogadores de classe, vitórias e o campeonato. Mas, para ter um ‘team’ bom e jogadores de classe é preciso ter dinheiro para contrata-los (porque cada qual quer luvas e ordenado mais elevados de ano para ano). E, para obter vitórias e o

⁴⁷ PERFEITO controle de renda por máquina. *Diário Esportivo*. 16 de fev. 1946, n.12, p.1.

⁴⁸ PERGUNTA cruciante. *Diário Esportivo*, 30 de agost. 1945, n.6, p.10.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ *Ibidem*.

campeonato, é necessário contar com um quadro de valor. Daí a relevância da questão das rendas dos jogos. Em torno do dinheiro gira o mundo capitalista⁵¹.

A renda de uma partida em específico, protagonizada por América e Atlético, foi questionada pelo *Diário Esportivo*. O clássico havia “arrastado grande multidão” e estimava-se uma renda entre 40 a 50 mil cruzeiros, “mas a F.M.F anunciou para a supresa geral, 33.000 cruzeiros”⁵². De acordo com o impresso, fatos como este tinham uma enumeração longa e provocavam no “seio do povo, acentuada reserva quanto aos serviços de arrecadação da entidade”. Eram anunciados como alguns dos fatores desencadeadores deste processo a ocorrência frequente de pessoas que vendiam “ingressos até a preço inferior ao tabelado, nas proximidades dos campos” e o recolhimento “das mãos dos porteiros dos ingressos entregues pelo público, para serem novamente vendidos pelas bilheterias, a pretexto de terem se esgotado”. Além destas ações, a publicação relatava a descoberta de “um ex-cobrador de um certo clube que mandava imprimir ingressos iguais aos da Federação e os vendia”⁵³. O jornal cruzeirense *A Raposa* denunciou a utilização de entradas velhas em alguns jogos⁵⁴. Além das falsificações de ingressos, que o periódico julgou como fato já bastante conhecido no cenário belo-horizontino, mencionava-se a venda de bilhetes antigos, “por algum espertalhão que sabe onde elas ficam guardadas”⁵⁵.

Outro acontecimento foi observado em um jogo entre Cruzeiro e Botafogo, disputado no campo do Atlético. Mediante a combinação de “renda dividida, em partes iguais”, a delegação carioca, ao executar as providências que julgava necessárias, “entre as quais a de contar os talões da F.M.F”, encontrou “um talão dado como tendo 500 entradas, mas que na realidade, tinha 600 arquibancadas”⁵⁶.

Em outra partida, dessa vez pelo campeonato mineiro, proclamava-se novamente a surpresa causada pela discrepância entre o público observado no estádio e a renda anunciada: “Esperava-se, como era muito natural pelo público que estava presente, que fosse anunciada uma renda assim de uns 40 mil cruzeiros, no mínimo. Entretanto, para pasmo geral, a renda

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ ENTRADAS velhas. *A Raposa*. 01 de jul.1946, n.3, p.7.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ PERGUNTA cruciante. *Diário Esportivo*, 30 de agost. 1945, n.6, p.10.

anunciada foi de 15 mil cruzeiros, apenas”⁵⁷. O fato foi descrito como “verdadeiro absurdo, cujas proporções de gravidade entram pelos olhos de qualquer um”⁵⁸.

O texto publicado no *Diário Esportivo* sublinhava a existência de muitas outras situações semelhantes às mencionadas e assinalava que já teriam sido sugeridas “diversas providencias para o maior controle das bilheterias e dos portões”⁵⁹. Segundo o artigo, nenhuma delas havia sido adotada, pois, “após uma verificação superficial”, os clubes chegavam à conclusão de que não havia desvio de renda (mesmo com os casos concretos que se apresentavam) e “fechavam os olhos” para as ocorrências que se repetiam. Diante do cenário que se apresentava, sugeria-se a seguinte medida.

Porque não adotam os nossos clubes relogios que marcam o numero de pessoas que entram, como em casas de diversões daqui e outros centros? Ou, então porque não colocam borboletas nos portões dos estadios? Ainda que disso não resultassem maiores rendas, pelo menos ficaria, de uma vez para sempre, eliminada a controversia sobre a exatidão das cifras oficiais sobre a arrecadação nos nossos grandes jogos⁶⁰.

Outra edição do mesmo periódico trazia o anúncio de uma medida promovida pelo Atlético como alternativa para resolver o problema da evasão de renda, a exemplo do que havia sugerido o *Diário Esportivo*. A ação do alvinegro foi relatada como exemplo a ser seguido pelos demais clubes. O título da reportagem já demonstrava o sucesso da proposta: “Salve as ‘borboletas’”⁶¹! O mecanismo se assemelhava a uma catraca e teria a finalidade de marcar, com exatidão, a entrada das pessoas no estádio.

Essa história das rendas no futebol profissional mineiro já deu bastante pano para mangas. Volta e meia, a imprensa, o rádio, os clubes e o público em geral comentavam sobre as pequenas arrecadações dos prélios oficiais; não encontrando justificativa para tão pouco dinheiro para tanta assistencia... Falou-se muito em entradas falsas, cambistas inescrupulosos, má fiscalização, ‘penetras’, permanentes, etc. Várias vezes o estádio ‘Antônio Carlos’, superlotado, o Atlético com seu corpo social reduzido, não passavam pelas bilheterias, pelo menos no computo final, mais de 30 ou 40 mil cruzeiros. E o povo ia falando, falando, falando⁶²...

“A ideia luminosa” da diretoria atleticana, traduzida na colocação de “borboletas nos diversos portões” em um de seus jogos, resultou no que o jornal definiu como uma “coincidência notável”, pois “na primeira experiência, a renda subiu, vertiginosamente, a mais

⁵⁷ GRANDE triunfo do Atlético. *Diário Esportivo*, 01 de nov, 1945, n.15, p.6,7.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ PERGUNTA cruciante. *Diário Esportivo*, 30 de agost. 1945, n.6, p.10.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ SALVE as borboletas. *Diário esportivo*, 16 de mai. 1946, n.42, p.8.

⁶² *Idem*.

de 70 mil cruzeiros”⁶³. O sucesso da empreitada se traduzia na extinção das entradas falsas, dos cambistas e dos penetras: as borboletas “foram impiedosas para os trapaceiros. Nada de tapeações. Era, ali, no ‘duro’: Cr\$ 71.144,00”! O texto se encerrava com um conselho aos outros clubes: “Coloquem ‘borboletas’ nos seus estádios e talvez não haja mais evasão de rendas. Pelo menos até que seja encontrada uma fórmula de ‘tpear’ as ‘bichinhas’ mecânicas”⁶⁴.

A mensuração exata da rentabilidade das partidas passava a se constituir em elemento central da reordenação do futebol, seja em se tratando de sua estrutura, seja em relação aos seus princípios. O controle do público se manifestava, especialmente, por duas vertentes, ambas necessárias ao negócio esportivo que se incrementava com o advento do profissionalismo: o governo dos comportamentos e o domínio primoroso da receita gerada pelo torcedor-consumidor.

Considerações finais

Estas são algumas das novas necessidades que emergiram com as reconfigurações surgidas no cenário esportivo. Percebe-se pelas reportagens certo ineditismo na tomada de decisões relativa aos exemplos citados, o que direciona o olhar para o profissionalismo daquele momento como um processo em permanente construção. No caso mineiro, somente treze anos após a implementação do regime é que o controle da renda dos estádios passou a ser racionalizado por mecanismos próprios. Vale ressaltar as ambiguidades desse novo contexto, pois as vantagens e desvantagens de ambos os regimes eram evocadas de acordo com os interesses de clubes e jornalistas.

Referências Bibliográficas

- A GUERRA das laranjas. **Diário Esportivo**. 16 de agost. 1945, p.2.
- AQUINO, Dilson de Andrade. O enterro do Príncipe. **O Amadorista**, 09 de set. 1946, n.3, p.1.
- ANUNCIA-SE o 3º turno do campeonato profissional de futebol. **O Esporte**. 19 de out. 1936, n.1, p.3.
- ARBITRAGENS rumorosas do nosso futebol. **Diário Esportivo**, 16 de agost. 1945, n.4, p.9.
- AS DUAS facetas do torcedor. **Diário Esportivo**. 09 de agost. 1945, n.3, p.3.
- ASSOCIAÇÃO Mineira de Esportes. **Estado de Minas**, 02 de nov. 1933, p.6.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. **Presidência da República**. Decreto-lei n.3.199, de 14 de abril de 1941.
- CANELADAS. **Diário Esportivo**. 30 de agost.1945, n.6, p.5.
- CARTAS imagináveis. **Diário Esportivo**. 18 de out. 1945, n.13, p.3.
- COTA, José de Araújo; FILHO, Etiene J. Duas palavras. **Diário Esportivo**. 06 de set. 1945, n.7, p.2.
- DIÁRIO ESPORTIVO**, 01 de nov. 1945, n.15, p.9.
- ENTRADAS velhas. **A Raposa**. 01 de jul.1946, n.3, p.7.
- FILHO, João Lyra. A arregimentação da torcida. **Minas Tenis Clube: álbum de vistas**, 1941, n.1, p.77.
- FIORAVANTI carregou a súmula. **Diário Esportivo**, 28 de agost. 1945, n.5, p.6.
- GRANDE triunfo do Atlético. **Diário Esportivo**, 01 de nov,1945, n.15, p.6,7.
- MELANCOLICA despedida. **Folha Esportiva**. 08 de out. 1946, s/n,
- MODOS de viver. **Diário Esportivo**. 03 de mai.1946, n.40, p.3.
- O CLÁSSICO há 10 anos... **Diário Esportivo**, 09 de agost. 1945, n.3, p.6.
- O CRUZEIRO transpôs a barreira número 1 rumo ao título. **Diário Esportivo**. 27 de set. 1945, n.10, p.5.
- PELO score mínimo... **Folha Esportiva**, 08 de out. de 1946, s/n, p.1.
- PERGUNTA cruciante. **Diário Esportivo**, 30 de agost. 1945, n.6, p.10.
- PERFEITO controle de renda por máquina. **Diário Esportivo**. 16 de fev. 1946, n.12, p.1.
- SALVE as borboletas. **Diário esportivo**, 16 de mai.1946, n.42, p.8.
- SOLON. Aconteceu na semana. **Diário Esportivo**, 27 de set.1945, n.10, p.8.
- SOBIERAJSKI, José Luiz. **Política do direito desportivo brasileiro**. Dissertação [Mestrado em Ciências Humanas]. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999.
- SOUZA NETO, Georgino Jorge de. **A invenção do torcer em Belo Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930)**. Dissertação [Mestrado em Lazer], Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- UM EXEMPLO digno de imitação. **Folha de Minas**. 16 de out. 1934, n.2, p.11.
- VAMOS moralizar a torcida. **Diário Esportivo**. 08 de nov. 1945, n.16, p.7.
- VITÓRIA espetacular dos Mineiros... **Folha Esportiva**, 14 de out.1946, n.3, p.1.